

Carta de Prefeitas e Prefeitos da FNP para COP30

Rio de Janeiro, novembro de 2025

A COP30, realizada em Belém do Pará, marca um momento histórico para o Brasil e para o mundo. É a conferência em que a floresta e a cidade se encontram em prol da transformação urbana necessária para enfrentar a crise climática. Neste contexto, a FNP soma-se ao **mutirão global pela ação climática**, convocado pela Presidência da COP30, reafirmando que o enfrentamento das mudanças do clima exige cooperação entre governos, territórios, iniciativa privada e sociedade civil — um esforço coletivo por resultados concretos.

As **prefeitas e prefeitos das médias e grandes cidades do Brasil**, reunidos na Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), **afirmam que não há transição climática sem as cidades**. Mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, onde os efeitos da crise climática se manifestam com maior intensidade. É nas cidades que as soluções precisam ganhar escala — com inovação, participação social e equidade.

O **federalismo climático** é o caminho para essa transformação. A ação climática exige uma governança multinível entre governo nacional, estados e municípios, baseada na corresponsabilidade e no diálogo permanente. A FNP defende o **fortalecimento do Conselho da Federação**, em articulação com o **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima**, de modo que ambos assegurem uma **coordenação federativa efetiva da política climática nacional** — alinhando planos, capacidades e meios de implementação para viabilizar uma **transição justa e sustentável em todo o território brasileiro**.

Ainda que represente majoritariamente médias e grandes cidades, a FNP reafirma o compromisso com um federalismo climático inclusivo, que fortaleça também os pequenos municípios, essenciais à resiliência ecológica, à segurança hídrica e alimentar do país.

Além disso, falar em equidade é **dar sentido concreto à justiça climática**. É reconhecer que os impactos da crise climática não são neutros: atingem de forma desproporcional **mulheres, populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades periféricas** que já enfrentam desigualdades históricas. Responder à emergência climática, portanto, é também **transformar as condições sociais que produzem vulnerabilidades**. E é nos municípios, nas dinâmicas reais de cada território, que essas desigualdades se tornam visíveis — e onde também surgem as soluções. Ao colocar a justiça climática no centro das políticas locais, **prefeitas e prefeitos assumem o compromisso de liderar uma transição justa**, que valoriza saberes tradicionais, a escuta de populações tradicionais e rurais, e amplia a participação das mulheres e constrói cidades mais **resilientes**.

Ao mesmo tempo, a **FNP apresenta à comunidade internacional** uma agenda estruturada em torno da **governança multinível** — princípio que orienta sua atuação e que inspirou o Brasil a subscrever a **Coalizão por Parcerias Multinível de Alta Ambição para Ação Climática (CHAMP)**. Nosso objetivo é transformar o reconhecimento do papel dos municípios em **participação institucional efetiva** no regime climático global, alinhando a atuação local aos compromissos assumidos pelo país na **UNFCCC**. Para isso, essa atuação precisa ser fortalecida em **6 eixos**:

1. Instituição de mecanismos que garantam a participação efetiva de governos locais nos processos da UNFCCC¹ na formulação das NDCs 3.0² como solicitado pelo LGMA Constituency;
2. Instituição de um mecanismo de acesso direto por entes subnacionais a fundos climáticos internacionais, com ênfase em financiamento estruturado para adaptação e resiliência urbana, dando previsibilidade ao financiamento climático local e reconhecendo a lacuna global de recursos para adaptação;
3. Aperfeiçoamento das estratégias de *capacity-building*³ da UNFCCC, com foco em apoio técnico continuado e descentralizado a governos locais e regionais;

¹ Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

² Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) a serem apresentadas pelos países em 2025. As NDCs 3.0 precisam ser progressivas e mais ambiciosas do que as NDCs atuais e podem ser a última oportunidade de colocar o mundo no caminho certo com uma trajetória global de emissões alinhada com a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris.

³ Construção de capacidades; assistência técnica; capacitações;

4. Aprofundar e potencializar os mecanismos de integração entre UNFCCC e ONU-Habitat, para alinhar a Nova Agenda Urbana ao regime climático global;
5. Democratização das tecnologias climáticas, promovendo o acesso equitativo à inovação, dados e soluções digitais;
6. Oferecimento de iniciativas de construção de conhecimento e capacitação sobre a agenda climática, com foco na população e nos servidores e gestores dos municípios brasileiros

A **adaptação climática** deve estar no centro das políticas urbanas brasileiras. As cidades precisam de instrumentos técnicos e financeiros para enfrentar eventos extremos, como por exemplo inundações, secas, ondas de calor e deslizamentos, de forma a proteger vidas e reduzir desigualdades. A FNP defende o fortalecimento das políticas de prevenção e resiliência por meio de um **diálogo federativo estruturado**, capaz de apoiar a **implementação de centros de operação e resiliência municipais** e o **acesso direto a fontes de financiamento nacionais e internacionais, com carências adequadas**. Isso inclui o **compromisso de bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais com o financiamento climático local e a revisão de mecanismos como a COSIP**, para permitir que parte dos recursos financie infraestrutura resiliente, incentivando a criação de **linhas de crédito com condições exclusivas e taxas reduzidas** para projetos de adaptação, além de um regime tributário diferenciado para soluções climáticas, barateando o acesso.

No campo da mitigação, a FNP posiciona-se como porta-voz do Objetivo 12 da Agenda de Ação da Presidência da COP30. Propomos a criação de um portfólio nacional de soluções urbanas sustentáveis voltado à infraestrutura carbono neutro, à mobilidade de baixo carbono, à gestão circular de resíduos e ao **planejamento do uso e ocupação do solo**. Defende-se a modernização dos códigos de obras com a adição de critérios climáticos e a valorização do resíduo como recurso econômico e social. **A FNP defende ainda a implementação de mecanismos de mercado de carbono em nível municipal, associados à conservação ambiental, a arborização urbana e à restauração florestal, bem como a implementação de mecanismos de compensação para municípios que prestam serviços ambientais, especialmente relacionados à produção de água**. Além disso, é essencial o incentivo a frotas elétricas, biocombustíveis e à modicidade tarifária, tal qual uma divisão justa dos custos de geração e distribuição de energia, considerando as desigualdades regionais.

O **desenvolvimento urbano sustentável** é o elo que integra adaptação e mitigação. A FNP reafirma a importância de incorporar os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e os princípios da **Nova Agenda Urbana** nos planos diretores municipais, promovendo **infraestrutura verde, habitação social resiliente, mobilidade inclusiva e planejamento participativo**. Também defende a criação de **mecanismos de financiamento urbano sustentável**, articulando investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, **através de plataformas para territorialização do financiamento climático**.

Por fim, prefeitas e prefeitos da FNP reafirmam o compromisso de **integrar a ação climática às políticas públicas locais**. A **COP30** é a oportunidade de transformar compromissos em resultados. O Brasil apresenta ao mundo uma agenda que une floresta e cidade, natureza e desenvolvimento, equidade e inovação. A **governança multinível** e o **federalismo climático** são o alicerce dessa transformação: uma política climática feita por todos os níveis de governo, para todas as pessoas.

As cidades brasileiras estendem a mão ao mundo para construir, juntas, uma nova era de implementação de políticas climáticas – **democráticas, territoriais e humanas**.

A COP30 é a COP das cidades e da implementação.